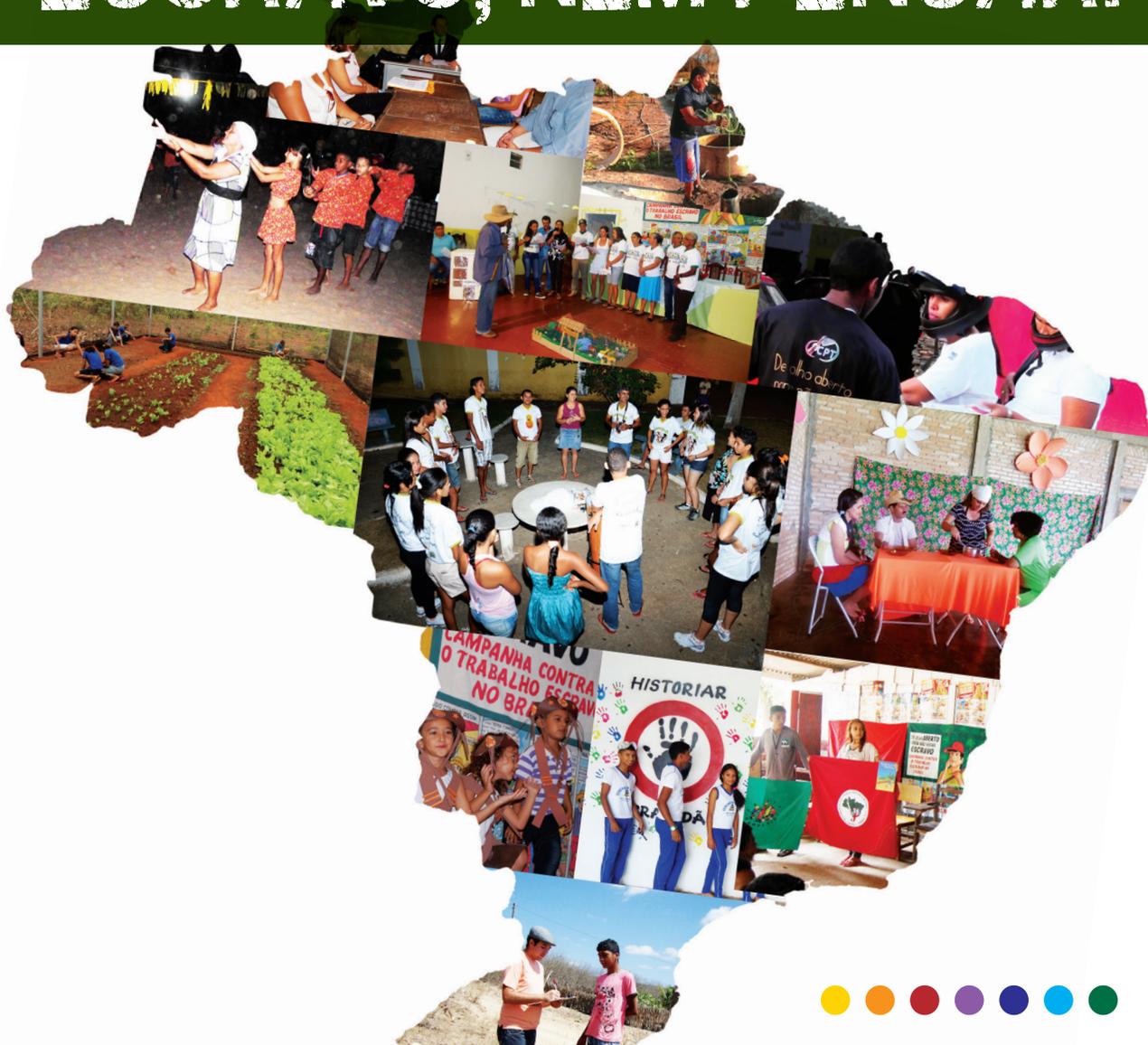


# ES CRAVO, NEM PENSAR!



## Experiências Comunitárias de Combate à Escravidão

2012

# apresentação

Promover o protagonismo e engajamento de professores, lideranças comunitárias e agentes pastorais em ações de combate e prevenção ao trabalho tráfico de pessoas e ao trabalho escravo. Foi com isso em mente que o programa educacional **Escravo, nem pensar!** da ONG Repórter Brasil, em parceria com Catholic Relief Service (CRS), Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e TAM Linhas Aéreas, apoiou 15 projetos comunitários em 12 municípios de sete estados do país, no âmbito da sexta edição do *Fundo de Apoio a Projetos do Escravo, nem pensar!*

Para subsidiar e impulsionar as atividades, cada iniciativa recebeu até R\$ 1,2 mil e acompanhamento pedagógico mensal da equipe do programa. Os projetos foram selecionados por meio de edital lançado no primeiro semestre de 2012 pela equipe do **Escravo, nem pensar!**.

Nesses projetos, a comunidade escolar convidou mães e pais a prestigiar e se envolverem em atividades com seus filhos. Professores perceberam que outros locais, além da sala de aula, podem ser usados no processo educativo, e alunos construíram conhecimentos e visão crítica sobre o trabalho escravo de maneira lúdica e criativa. Moradores contaram suas experiências aos jovens e, juntos, discutiram sobre soluções para os problemas enfrentados por seus municípios.

Desde 2007, 80 projetos comunitários foram apoiados pela ONG Repórter Brasil. O sucesso dessa iniciativa aponta para a importância de estimular o engajamento da população no combate ao trabalho escravo e, dessa forma, colaborar para o fortalecimento de indivíduos e entidades que defendem os direitos fundamentais do ser humano.

Esse caderno apresenta com mais detalhes cada um dos projetos realizados, podendo inspirar novas experiências!

Boa leitura!

## expediente

### Repórter Brasil – Organização de Comunicação e Projetos Sociais

Presidente: Leonardo Sakamoto

Conselho diretivo: Claudia Carmello Cruz, Fernanda Sucupira Gomes, Julián Miguel Barbero Fuks, Paula Monteiro Takada, Rodrigo Pelegrini Ratiér

Conselho fiscal: Beatriz Costa Barbosa, João Caldeira Brant Monteiro de Castro, Luiz Guilherme Barreiros Bueno da Silva

Coordenadores de programas: Daniel Santini (Agência de Notícias), Marcel Gomes (Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis),

Natália Sayuri Suzuki (Escravo, nem pensar!)

Departamento financeiro: Fabiana Garcia e Angélica Costa

Assistente financeira: Maia Fortes

### Experiências Comunitárias de Combate à Escravidão 2012

Equipe do Escravo, nem pensar!: Fernanda Broggi, Marina Falcão, Natália Suzuki, Thaís Favoretto e Thiago Casteli

Edição: Natália Suzuki

Redação: Marina Falcão

Projeto gráfico: Gustavo Ohara

Fotos: Projetos comunitários 2013

Apoio: Catholic Relief Services, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e TAM Linhas Aéreas

[www.reporterbrasil.org.br](http://www.reporterbrasil.org.br) / [www.escravonempensar.org.br](http://www.escravonempensar.org.br)

Impresso por Indústria Gráfica Itu LTDA / 1 mil exemplares / Distribuição gratuita 2013

Todo conteúdo da Repórter Brasil pode ser copiado e distribuído, desde que citada a fonte.

Copyright – licença Creative Commons 2.0

# índice

## Experiências Comunitárias de Combate à Escravidão 2012

### CEARÁ

#### Itatira

1. Comissão Pastoral da Terra - Ceará: *Ações preventivas às práticas de superexploração do trabalho e tráfico de trabalhadores rurais no Município de Itatira - Ceará* 04

### GOIÁS

#### Goiânia

2. Comissão Pastoral da Terra - Goiás: *Já chega de escravo, todos ganham quando somos livres* 06

### MARANHÃO

#### Açailândia

3. Centro de Ensino Mary Dalva Castro Rocha: *Historiar a escravidão, grafitar a liberdade* 08  
4. Rádio Arca FM: *Comunicação comunitária contra o tráfico de pessoas para o trabalho escravo* 10

### MATO GROSSO

#### Confresa

5. Escola Estadual Santo Antônio (Assentamento Santo Antônio): *Trabalho, prazer, respeito e dignidade enobrecem o ser humano* 12

### PARÁ

#### Rio Maria

6. Centro de Estudos Supletivo Professor Antônio Vieira da Silva: *Ações de combate ao trabalho escravo. Conhecer para combater* 14  
7. Programa Brasil Alfabetizado: *Educar para não escravizar* 14  
8. Secretaria Municipal de Educação e Cultura: *Desafios na perspectiva de “educar para não escravizar”* 16  
**MAPA – Experiências Comunitárias de Combate à Escravidão** 18

#### Sapucaia

9. Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom José Gomes (Acampamento João Canuto): *Ocupando o campo do saber para erradicar o trabalho escravo* 20

### PIAUI

#### Morro Cabeça no Tempo

10. Diocese de Bom Jesus do Gurgueia: *Morro de sonhos e esperança* 22

#### Oeiras

11. Diocese de Oeiras: *VIVER (Vida Integrada Vencendo a Escravidão Reinventada)* 24

#### Barras

12. Associação da Comunidade São Luis (ACOSAL): *Gerar renda é gerar vida. Com o plantio de hortas* 26

#### Monsenhor Gil

13. Associação do Assentamento Nova Conquista: *A arte na prevenção ao trabalho escravo* 28

### TOCANTINS

#### Araguaína

14. Associação de Mulheres do Setor Tiúba: *Vidas em liberdade* 30

#### Muricilândia

15. Grupo “Jovens em Resgate” da Igreja Nossa Senhora das Graças: *Projeto Lindô - Um resgate cultural* 32

# Ações preventivas às práticas de superexploração do trabalho e tráfico de trabalhadores rurais

Itatira – CE

## Quem realizou

Comissão Pastoral da Terra - Ceará

## Contexto

O Ceará é um estado que concentra mão de obra barata para os setores agrícolas de outros estados. A fraca economia dos municípios mais longínquos dos centros urbanos acaba obrigando os trabalhadores, principalmente os jovens, a buscar emprego em outros lugares. Possui, portanto, uma população vulnerável ao tráfico de pessoas para o trabalho escravo e para a superexploração do trabalho. No ano de 2006, a Comissão Pastoral da Terra do Ceará (CPT-CE) realizou uma pesquisa e constatou casos de trabalho escravo nos municípios de Crato, Quixadá e Sobral. Além disso, perceberam que milhares de pessoas saem para trabalhar no corte de cana, sujeitando-se a duras condições de trabalho que afetam sua saúde de maneira irreversível. Desde aquele ano, a migração para o trabalho sazonal não mudou, ao contrário, municípios que não constavam na pesquisa passaram a enviar trabalhadores para o corte de cana. A CPT decidiu retomar a pesquisa e realizar um acompanhamento mais sistemático a fim de reduzir e prevenir as práticas de aliciamento, tráfico de trabalhadores e superexploração do trabalho no município de Itatira, principalmente para o corte de cana, envolvendo famílias, comunidades, entidades e poder público em ações que promovam a autoestima e dignidade dos moradores do município.

## Compreendendo a migração

Os proponentes do projeto se reuniram com os representantes das comunidades de Itatira-Sede, Lagoa do Mato, Lagoa Seca, Morro Branco, Assentamento Santa Teresinha, Assentamento Vitória e Bandeira Velha para planejarem as atividades a serem realizadas e articularem a mobilização local. Para conscientizar as famílias, os proponentes do projeto tentaram realizar exposições de filmes nessas comunidades e promover discussões. No entanto, devido à ampla participação dos moradores na campanha eleitoral para as prefeituras dos municípios, essa atividade só aconteceu em um distrito. Apesar de a abrangência ter sido menor do que o esperado, o pontapé dado pelo projeto não foi menos importante: levantou o debate sobre um problema que nunca havia sido discutido, a migração forçada e o risco de serem vítimas da superexploração do trabalho e do trabalho escravo.

Após a sensibilização das famílias sobre o tema, a equipe do projeto, com a colaboração de cinco estudantes da Universidade Federal do Ceará (UFC), aplicou um questionário nas seis comunidades para levantar informações sobre a migração sazonal para o corte de cana, as condições de trabalho e dados socioeconômicos. Os dados foram sistematizados, transformados em gráficos e analisados com a ajuda de três professores do Departamento de Geografia da UFC e dos estudantes.



## Resultados e perfil da família camponesa

O questionário mostrou resultados interessantes sobre a dinâmica migratória do município. Do total, 80% das famílias têm, pelo menos, uma pessoa que migra para trabalhar no corte de cana, principalmente para o estado de São Paulo. A principal causa que leva à migração é a falta de emprego no local de origem. A pesquisa apontou também que 75% das famílias não são proprietárias de terra. Além disso, a saída desses trabalhadores tem alterado o perfil da família camponesa do Ceará, pois 39% dos trabalhadores não retornam ao município. Todas essas informações permitiram à equipe tirar algumas conclusões: as condições de vida dessas famílias as tornam mais vulneráveis ao tráfico de pessoas e à superexploração de seu trabalho. É necessário, portanto, um estudo mais aprofundado sobre a dinâmica da migração no município e a criação de políticas públicas que visem melhoria de geração de renda das famílias.

“ O projeto foi revelador (...), porque nos possibilitou conhecer a rotina de trabalho dos migrantes, bem como as situações degradantes de trabalho a que estão ou estiveram submetidos. O projeto (...) levou informações importantes sobre o ciclo do trabalho escravo, como a migração se insere neste ciclo, sobre os direitos dos trabalhadores e a necessidade da luta, para que os gestores municipais discutam esta realidade e procurem meios que possibilitem diminuir a migração até sua extinção.

*Thiago Valentim Pinto Andrade, coordenador da CPT – CE e do projeto*

”

# Já chega de escravo, todos ganham quando somos livres

Goiânia – GO

## Quem realizou

Comissão Pastoral da Terra - Goiás

## Contexto

A Comissão Pastoral da Terra de Goiás (CPT – GO) realiza formações em comunidades tradicionais, acampamentos e assentamentos em diferentes Dioceses. Uma delas, a Arquidiocese de Goiânia, onde o projeto foi desenvolvido, abrange 27 municípios e concentra a maior parte da população do estado por incluir a capital Goiânia e a região metropolitana. Inúmeras atividades agrícolas são desenvolvidas nessa região como o plantio de cana-de-açúcar, eucalipto, soja e hortifruticulturas que, por sua vez, empregam mão de obra sazonal. Os trabalhadores absorvidos por essas atividades proveem de acampamentos da região, localizados na beira das rodovias. Eles se encontram em situação de vulnerabilidade, uma vez que, enquanto aguardam por um lote de terra para plantar, precisam de uma fonte de renda e acabam se sujeitando a condições de trabalho precárias. Assim, o projeto procurou conscientizar as comunidades sobre o tema do trabalho escravo a fim de erradicá-lo por meio da realização de discussões sobre direitos trabalhistas com camponeses e camponesas em dois acampamentos localizados em municípios próximos a Goiás.

## Acampamento no combate ao trabalho escravo

A equipe de educadores da Comissão Pastoral da Terra de Goiás se dirigiu aos acampamentos Anjical, em Cezarina, e São Benedito, em Varjão, para apresentar a proposta do projeto e as atividades. Uma das atividades propostas foi a apresentação do Teatro Fórum, ou seja, uma peça de teatro da qual o público participa ativamente, sugerindo desfechos para a encenação. Durante a conversa, a equipe pôde perceber o que eles sabiam sobre aliciamento, trabalho escravo, a figura do gato – pessoa responsável pelo aliciamento de trabalhadores que serão explorados – e direitos sociais, e colher algumas histórias de vida e relatos, que mais tarde ajudaram a criar o enredo da peça de teatro. Neste primeiro momento, os acampados disseram não existir casos de trabalho escravo nas comunidades, mas conheciam muito bem o processo de aliciamento.

A equipe da CPT realizaria uma panfletagem em cada acampamento, porém os dois acampamentos acabaram sendo transferidos de local, impedindo o prosseguimento das atividades. No entanto, os proponentes não desanimaram: foram até o assentamento Palmares que acolheu com entusiasmo o projeto. Mesmo com a mudança, 10 pessoas do acampamento Anjical continuaram participando das atividades.

Com figurinos, materiais informativos e megafone, os educadores cantaram e chamaram o público para participarem do teatro. Depois, realizaram dois momentos de conversa: o primeiro foi o quadro “você sabia?”, no qual as educadoras falaram da Declaração Universal dos Direitos Humanos, definiram o conceito de aliciamento e de trabalho escravo, explicaram quem é o gato e ressaltaram as violações cometidas quando alguém é escravizado. No segundo, houve roda de conversa, entrevistas com moradores e distribuição de materiais além de entoarem gritos de ordem e cantos.



## O público assiste, mas também atua

No dia da apresentação, o local havia sido preparado para o acolhimento do público e da equipe pelas pessoas do próprio assentamento. Houve um almoço coletivo e algumas apresentações como moda de viola e contadores de histórias e de piadas. Durante a apresentação da peça, as personagens interagiam com o público, suscitando indagações e reflexões. No “congelamento” da peça, quando o público interage e decide sobre o destino das personagens, a plateia foi muito participativa e surgiram cinco desfechos para o enredo que foram encenados pelos atores. No decorrer da história, os educadores puderam tornar mais claros os conceitos relacionados ao trabalho escravo e também onde e como realizar a denúncia.



A Equipe da Arquidiocese de Goiânia fará uma oficina em março para debater o tema do trabalho escravo e, como ação concreta, queremos fazer parceria com as escolas estaduais utilizando a metodologia do teatro fórum para qualificar o debate e entrega de material. Isto também foi proporcionado pelo projeto que abriu as portas para uma discussão tão necessária.

*Leila Cristina Lemes dos Santos Morais, coordenadora da CPT-GO e do projeto*



# Historiar a escravidão grafitar a liberdade

Açailândia – MA

## Quem realizou

Centro de Ensino Mary Dalva Castro Rocha

## Contexto

No município de Açailândia, também conhecido como ‘cidade do ferro’, localizam-se as mais importantes siderúrgicas do estado. Ao seu redor, passam importantes rodovias e ferrovias para o escoamento do aço para outras partes do país e do mundo. Porém, paralelamente ao crescente investimento no setor siderúrgico, o número de trabalhadores aliciados para o trabalho escravo, principalmente nas carvoarias, aumentou. A ampla malha ferroviária e rodoviária também colaborou para que o município se tornasse um grande exportador de mão de obra escrava no país. Com isso em vista, a escola buscou sensibilizar alunos, professores, funcionários e comunidade sobre a existência de trabalho escravo contemporâneo no município contribuindo para o combate dessa prática na região por meio de atividades coletivas tanto nas dependências da escola como fora dela.

## Conhecendo melhor o município

A equipe pedagógica da escola preparou diversas atividades para que os alunos construíssem uma visão crítica sobre o trabalho escravo. Sessões de cinema, análise de músicas e poemas, debates e palestras ajudaram os alunos a produzirem materiais artísticos muito criativos, como paródias, poemas, textos dissertativos, dramatizações, fotografias, grafite, cartazes e banners. Também foram debatidos os impactos socioambientais causados pelas carvoarias no município. Foi um momento de descoberta do local onde moram: algumas relações de trabalho estão tão enraizadas no município, que os alunos tiveram dificuldade de desnaturalizar certas situações de exploração. Os alunos das três séries do Ensino Médio realizaram leituras e discussões em grupo. Ao todo, cerca de 360 alunos se envolveram nessas atividades.

A organização da sociedade civil Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán (CDVDHCB), parceira do projeto, realizou três palestras para alunos, professores e funcionários sobre a escravidão contemporânea. Também distribuiu materiais informativos e abriu suas portas para que alunos realizassem consultas a depoimentos de trabalhadores resgatados.

Durante a culminância, houve exposição fotográfica e de grafite e apresentação de todos os trabalhos produzidos durante o projeto.



## Muito além dos muros da escola

A escola promoveu visitas técnicas de alunos ao CDVDHCB, à Cooperativa para Dignidade do Maranhão (Codigma) e à carvoaria Monte Líbano. No CDVDHCB, os alunos colheram depoimentos de trabalhadores resgatados. Na carvoaria, tiraram fotografias, e na Codigma, puderam ver como é possível a produção de carvão sem destruir o meio ambiente e respeitar o trabalhador.

A escola contou com a colaboração de um fotógrafo e de um grafiteiro profissionais que fizeram oficinas para os alunos, nas quais foram ensinadas noções básicas de fotografia e desenho. Com isso, os alunos puderam registrar momentos que julgaram importantes durante as visitas técnicas à carvoaria e deixar exposta nas paredes da escola sua visão crítica sobre o tema.

“ Durante a pesquisa de campo, nos deparamos com muitos relatos de trabalhadores que experienciaram, em carvoarias, o amargo sabor da desilusão de um sonho, que se fez pesadelo numa realidade que muitos ainda julgam ter findado em 1888, o trabalho escravo. Vamos continuar a combatê-lo.

*Fagno da Silva Soares, professor de história e coordenador do projeto.* ”

# Comunicação comunitária contra o tráfico de pessoas para o trabalho escravo

Açailândia – MA



## Quem realizou

Associação Rádio Comunitária Açailândia Arca FM.

## Contexto

A cidade de Açailândia ocupa o posto de segunda maior economia do Maranhão. No entanto, o município se destaca pelos altos índices de pobreza e casos de trabalho escravo, sendo frequentes os anúncios de ofertas de emprego em bares, pousadas e praças públicas. A rádio comunitária Arca FM realizou um grande seminário para professores, estudantes, trabalhadores, profissionais da imprensa e lideranças comunitárias. O intuito era informar e alertar a população sobre as formas de aliciamento para o trabalho escravo, principalmente os moradores do bairro Vila Ildemar, mais afetados por esse problema. Foram apresentados casos de trabalho escravo em fazendas e carvoarias do município, e debatida a importância da comunicação comunitária para combater essa prática na região. Além disso, os jovens voluntários da rádio produziram e veicularam programas de rádio com o intuito de informar a população.

## Conhecendo os trabalhadores, construindo conhecimento

Um dos objetivos do seminário era ter um momento para que trabalhadores já resgatados pudessem contar ao público como foram aliciados, como viviam, em que condições trabalhavam e como eram tratados. O Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán (CDVDHCB), parceiro do projeto, indicou trabalhadores que poderiam participar dessa atividade. A equipe de 14 jovens voluntários da rádio entrou em contato com eles e foi pessoalmente a suas casas convidá-los para o seminário e ressaltar a importância de sua presença. O contato direto dos jovens fez com que compreendessem melhor as causas que levam as pessoas a serem escravizadas, além de permitir que identificassem a ocorrência de aliciamento no município.

Durante o seminário, que aconteceu em 13 de outubro de 2012, os 64 participantes puderam tirar muitas dúvidas com os trabalhadores. Com isso, produziram spots radiofônicos informando quais as principais informações que o trabalhador deve ter ao ser chamado para trabalhar em fazendas ou carvoarias, os telefones e locais de onde obter essas informações e para quem denunciar. Também produziram uma apostila informativa que foi distribuída no seminário para os participantes.



## Conscientizar para prevenir

Um dos objetivos do projeto era tornar a comunidade consciente sobre o problema e protagonista no combate ao tráfico de pessoas, especialmente ao que se refere à prevenção ao aliciamento. Logo, difundir informações era crucial para alcançar tal objetivo. Os spots foram veiculados durante a programação da rádio e distribuídos a 12 rádios comunitárias do estado do Maranhão; cerca de 100 cartazes sobre o seminário foram espalhados em diversos locais como praças públicas, escolas e instituições como sindicatos, cooperativas e igrejas. Para firmar o engajamento, os participantes do evento assinaram a Carta Compromisso na qual se comprometem a serem multiplicadores de informações e vigilantes na área em que atuam.

“ O projeto ‘Comunicação comunitária contra o tráfico de pessoas’ trouxe grandes resultados para a nossa rádio comunitária (...), porque possibilitou aos voluntários da ARCA uma aproximação com as vítimas de trabalho escravo, uma vez que visitaram as suas residências e puderam conhecer a realidade socioeconômica dos trabalhadores e trabalhadoras. ”

Brígida Rocha dos Santos, coordenadora do projeto



# Trabalho, prazer respeito e dignidade enobrecem o ser humano

Confresa – MT

## Quem realizou

Escola Estadual Santo Antônio

## Contexto

O município de Confresa localiza-se em uma área de transição entre o Cerrado e a Floresta Amazônica. Possui como principais atividades econômicas a agricultura e a pecuária, cujos avanços sobre a vegetação nativa tornou a região uma das áreas mais devastadas do estado. No município, ocorreu a segunda maior operação de libertação da história do país: em 2005, 1.003 pessoas foram libertadas da antiga Destilaria Gameleira, que hoje possui o nome de Destilaria Araguaia, do Grupo Eduardo Queiroz Monteiro. Além disso, também houve casos de trabalho escravo em fazendas da região. Levando em consideração o uso desse tipo de mão de obra no município, a escola procurou sensibilizar alunos, professores e famílias sobre trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho escravo e meio ambiente, a fim de estimular o respeito mútuo, a dignidade, a diversidade e a valorização da cultura local.

## Encontros com a comunidade

A Escola Estadual Santo Antônio atende a quatro assentamentos: Santo Antônio do Fontoura I, II e III e São Vicente. Para atingir os 270 alunos e 80 pessoas da comunidade, foram realizados seis encontros quinzenais, nos quais foram promovidas atividades sobre o tema do trabalho escravo. O convite a pais, mães e demais pessoas dos assentamentos foi feito pessoalmente por alunos e professores e por meio de comunicados enviados pela escola.

Em todos os encontros, foram discutidos o trabalho escravo contemporâneo e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Os coordenadores do projeto procuraram sensibilizar e conscientizar o público sobre os temas, ressaltando as formas de aliciamento, os perigos, as violações cometidas e formas de combate. Durante os encontros, foram realizadas oficinas onde os participantes puderam participar de rodas de capoeira, grupos de dança e teatro; construir uma horta nas dependências da escola; e produzir materiais. Os alunos fizeram desenhos, cartazes, artesanato, histórias em quadrinhos, paródias, assistiram filmes e analisaram e cantaram músicas. Realizaram também entrevistas com os moradores dos assentamentos e produziram gráficos. O projeto procurou valorizar o modo de vida do campo, a diversidade cultural e as ações do projeto executadas na escola.



## Convivência e brincar como aprendizado

As atividades do projeto buscaram não só conscientizar e difundir informações sobre trabalho escravo e exploração sexual de crianças e adolescentes, mas também contribuir para ampliar a convivência entre os moradores do assentamento. A entrevista dos alunos com os trabalhadores foi o ponto que mais aproximou as duas gerações e permitiu que conhecessem mais o dia a dia dos trabalhadores rurais e suas experiências de vida. Da mesma forma, os trabalhadores puderam participar ativamente do projeto na escola, comparecendo a palestras, discussões, dando entrevistas e depoimentos. Ao longo do projeto, os professores abordaram o tema em sala de aula e se preocuparam com que os alunos aprendessem por meio do brincar e de maneira coletiva. Os alunos participaram ativamente do plantio da horta, fizeram grupos de pesquisas, rodas de capoeira, modelagem com argila e outras atividades.



O projeto foi de grande relevância para essa unidade escolar e comunidade, uma vez que pudemos conhecer um pouco mais sobre a vida das famílias destes assentamentos por meio dos depoimentos e atividades (...), além de fortalecer os laços entre escola e família, e o trabalho coletivo dos educadores. Enquanto trabalhadores e trabalhadoras do campo puderem conhecer e refletir [sobre a sua realidade], poderão exigir seus direitos e cobrar a dignidade de seu trabalho.

*Nilson Mendes Neres, coordenador do projeto*



# Educar para não escravizar

## Ações de combate ao trabalho escravo – Conhecer para combater

Rio Maria – PA

### Quem realizou

Programa Brasil Alfabetizado e Centro de Estudos Supletivos (CES) Prof<sup>o</sup> Antônio Vieira da Silva.

### Contexto

O município de Rio Maria tem como principal atividade econômica a pecuária de corte. É cercado por grandes fazendas e já foi palco de inúmeros conflitos agrários, disputa pela terra e casos de trabalho escravo. Tendo em vista o histórico de violência e impunidade na região, as duas escolas buscaram disseminar informações e integrar ações para erradicar violações de direitos humanos. Para tal, realizaram discussões sobre o valor do trabalho e direitos trabalhistas, e debate em sala de aula e em atividades culturais sobre trabalho escravo e suas características.

### Nunca é tarde para o aprendizado

As coordenadoras dos dois projetos desenvolveram as atividades com seus alunos em conjunto. Assim, os estudantes do Programa Brasil Alfabetizado e do CES Prof<sup>o</sup> Antônio Vieira da Silva participaram de discussões sobre trabalho, direitos trabalhistas e trabalho escravo a partir da leitura de textos sobre o assunto.

O Programa Brasil Alfabetizado é destinado a pessoas a partir dos 40 anos de idade e idosos que não tiveram a oportunidade de frequentar a escola na infância ou adolescência. Com esses alunos, todas as atividades contaram com auxílio direto das professoras. As leituras dos textos foram feitas em voz alta, e as produções textuais e artísticas foram escritas em conjunto. Como os alunos estão iniciando sua alfabetização, essa ferramenta foi essencial no processo e permitiu o início da discussão sobre o tema, além de incentivar a criação artística e a descoberta de novas áreas. Alunos relataram que era a primeira vez que desenhavam e escreviam, o que os deixou, a princípio, inseguros para realizarem uma quantidade maior de produções. No entanto, as discussões se tornaram riquíssimas, pois eles relataram sobre a exploração que sofreram quando trabalhavam, e alguns disseram que chegaram a serem vítimas de trabalho escravo.

Durante a execução do projeto, ao saberem do caso de trabalho escravo relatado por um aluno, as professoras do Programa Brasil Alfabetizado tiveram a ideia de gravar uma entrevista com ele. As perguntas foram elaboradas de modo que o entrevistado desse detalhes de como foi aliciado, da rotina de trabalho e de como conseguiu fugir. O formato da entrevista foi como a de um programa de TV: a aluna se vestiu e falava como uma verdadeira jornalista.

Os alunos do Programa e do CES participaram de palestras, assistiram a filmes e documentários, que fomentaram as discussões. Os alunos produziram também paródias, cartazes, gráficos, painéis, peças de teatro, poemas e desenhos sobre o tema.



### Cultura para a formação e mobilização

Os trabalhos produzidos pelos alunos foram apresentados com muito ânimo para a comunidade do município de Rio Maria numa grande festa realizada nas dependências da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Rio Maria. Na ocasião, os alunos declamaram suas poesias, leram seus textos dissertativos, apresentaram músicas, paródias e peça de teatro. O CES Prof<sup>o</sup> Antônio promoveu um concurso para premiar os alunos, autores dessas obras. A premiação ocorreu durante a culminância dos projetos e os alunos foram prestigiados por toda a comunidade. Os concursos promovidos por algumas escolas têm se mostrado um mecanismo muito interessante no comprometimento do aluno com a escola e os estudos. Os alunos executam as atividades de forma autônoma e se empenham nas produções e nas aulas.

“ [O projeto] abriu os olhos da população, uma população que sofre na pele o problema do trabalho escravo, que era tido como algo natural. Hoje as pessoas têm conhecimento de que é uma exploração. ”

*Lionete Soares Pimentel, coordenadora de turmas do Programa Brasil Alfabetizado e do projeto Educar para não escravizar*

“ O projeto foi um desafio porque a gente trabalha numa região que tem sofrido com o trabalho escravo. (...) Tivemos a colaboração dos integrantes da comunidade, que vivenciaram essa situação para darem seus depoimentos. O objetivo era disseminar informações sobre como erradicar essa violação de direitos humanos. ”

*Edithe Martins, coordenadora do CES Prof<sup>o</sup> Antônio Vieira da Silva e do projeto Ações de combate ao trabalho escravo – Conhecer para combater.*

# Desafios na perspectiva de Educar para não escravizar

Rio Maria – PA

## Quem realizou

Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Rio Maria

## Contexto

No município de Rio Maria, apesar do histórico de violação de direitos humanos, a sociedade civil tem se posicionado contra a impunidade e as injustiças sociais. Nesse contexto, as escolas desempenham papel fundamental para a formação de alunos e de outros cidadãos. Para esse projeto, as escolas tinham em vista construir o conhecimento coletivo sobre o tema do trabalho escravo e multiplicar informações sobre violações aos direitos humanos, contribuindo para a erradicação dessa prática.

## Rede escolar no combate ao trabalho escravo

O projeto foi desenvolvido em nove escolas municipais, sendo sete da zona urbana e duas da zona rural. Participaram estudantes de escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, totalizando 3,2 mil alunos. A coordenação do projeto realizou uma reunião com professores, gestores e funcionários das escolas e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (Semec) de Rio Maria para apresentar o projeto. Esse encontro contou com a participação da Comissão Pastoral da Terra de Xinguara e de técnicos da Semec para o esclarecimento de dúvidas sobre o tema. Foram distribuídos também materiais para leitura e estudo para os professores.

Encontrar uma maneira de abordar o tema do trabalho escravo com os alunos do Ensino Infantil foi o grande desafio para os professores. Para conseguir superá-lo, eles usaram toda a sua criatividade metodológica: realizaram rodas de conversa, contaram histórias e mostraram imagens e vídeos. Os alunos também fizeram desenhos e textos coletivos, recorte e colagem de figuras que retratam o trabalho escravo, produção com massa de modelar, interpretaram e dramatizaram músicas. Já os alunos do Ensino Fundamental produziram trabalhos como textos dissertativos, poemas, paródias, peças de teatro, cartazes e desenhos. Com todos esses materiais, foi realizado um concurso que premiou os três melhores trabalhos de cada categoria.



## A comunidade na escola

Os alunos assistiram a vídeos, realizaram entrevistas com moradores e produziram alguns programas de rádio nos quais esclareciam dúvidas e difundiam informações sobre o trabalho escravo para toda a população do município. Os programas eram veiculados durante a programação da rádio comunitária Berokan FM, parceira do projeto. Pais e mães dos alunos também não ficaram de fora: a escola promoveu palestras para a comunidade e realizou rodas de conversa durante as reuniões escolares. Eles também compareceram à culminância do projeto, que aconteceu em 26 de novembro de 2012, quando puderam prestigiar os trabalhos expostos, assistir às apresentações artísticas e acompanhar a premiação do concurso.

O projeto também produziu um documentário sobre o histórico de conflitos agrários e trabalho escravo no município. Para compor o vídeo, foram utilizadas as entrevistas feitas pelos alunos, imagens captadas durante o desenvolvimento do projeto e depoimentos de professores e moradores.

“Elas [comunidade escolar e sociedade] tiveram uma nova visão do que é o trabalho escravo e perceberam que o problema é bem presente nos nossos dias e deve ser combatido. A culminância me marcou muito. [Tinha] cada produção de texto que deixava a gente arrepiada! Foi uma experiência que ficou marcada.”

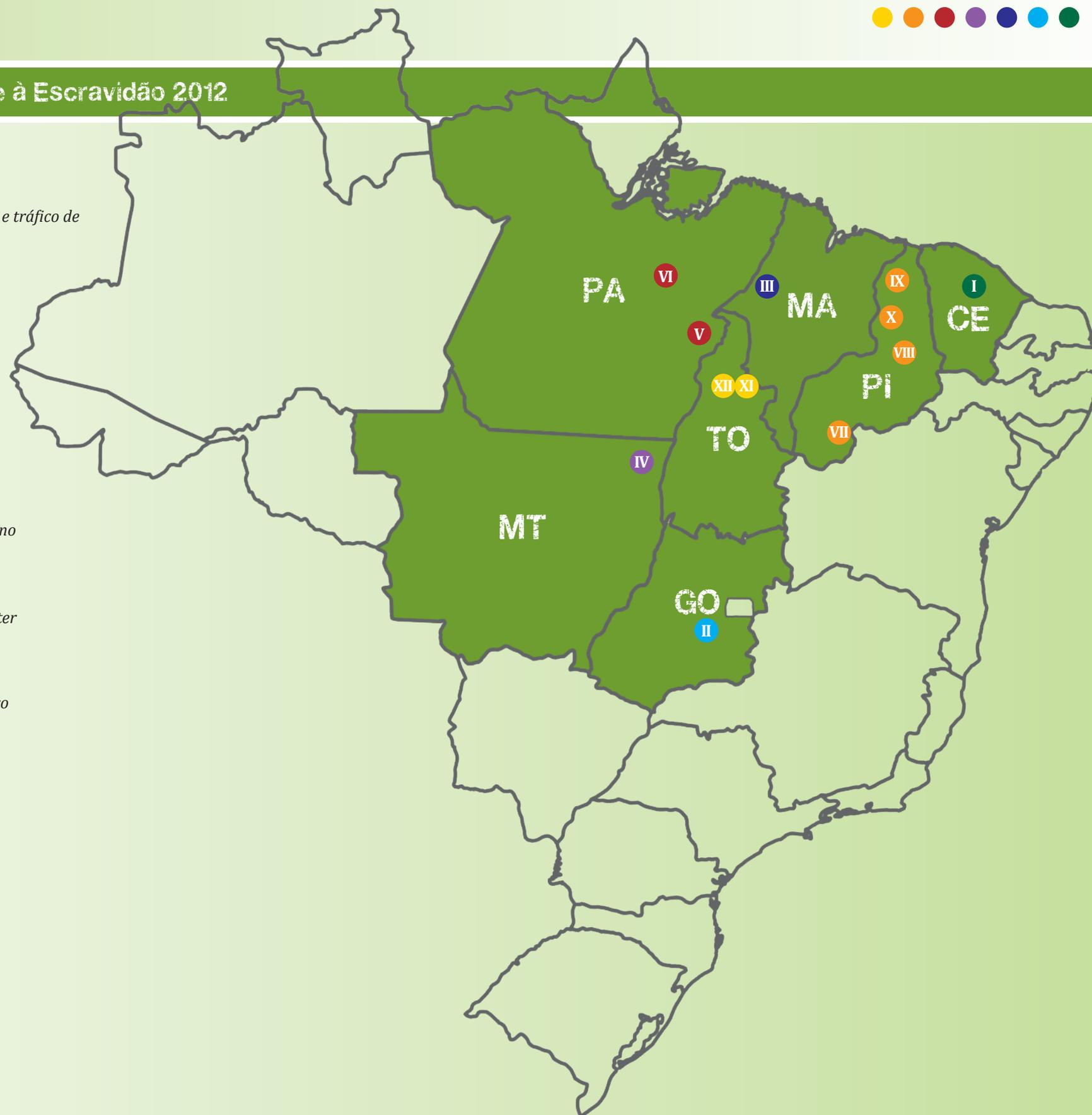
Tomázia Pereira da Silva, coordenadora do projeto





## Experiências Comunitárias de Combate à Escravidão 2012

- CEARÁ**
  - I. Itatira**
    - 1. Ações preventivas às práticas de superexploração do trabalho e tráfico de trabalhadores rurais no Município de Itatira - Ceará
- GOIÁS**
  - II. Goiânia**
    - 2. Já chega de escravo, todos ganham quando somos livres
- MARANHÃO**
  - III. Açailândia**
    - 3. Historiar a escravidão, grafitar a liberdade
    - 4. Comunicação comunitária contra o tráfico de pessoas para o trabalho escravo
- MATO GROSSO**
  - IV. Confresa**
    - 5. Trabalho, prazer, respeito e dignidade enobrecem o ser humano
- PARÁ**
  - V. Rio Maria**
    - 6. Ações de combate ao trabalho escravo. Conhecer para combater
    - 7. Educar para não escravizar
    - 8. Desafios na perspectiva de "educar para não escravizar"
  - VI. Sapucaia**
    - 9. Ocupando o campo do saber para erradicar o trabalho escravo
- PIAUI**
  - VII. Morro da Cabeça no Tempo**
    - 10. Morro de sonhos e esperança
  - VIII. Oeiras**
    - 11. VIVER (Vida Integrada Vencendo a Escravidão Reinventada)
  - IX. Barras**
    - 12. ACOSAL: Gerar renda é gerar vida. Com o plantio de hortas
  - X. Monsenhor Gil**
    - 13. A arte na prevenção ao trabalho escravo
- TOCANTINS**
  - XI. Araguaína**
    - 14. Vidas em liberdade
  - XII. Muricilândia**
    - 15. Projeto Lindô - Um resgate cultural



# Ocupando o campo do saber para erradicar o trabalho escravo

Sapucaia – PA

## Quem realizou

Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Dom José Gomes, situada no Acampamento João Canuto – Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra (MST).

## Contexto

O acampamento João Canuto localiza-se na rodovia PA-150, a 140 quilômetros da curva do “S”, onde, em abril de 2006, 19 trabalhadores rurais sem terra foram mortos em confronto com a polícia militar, no episódio conhecido como o Massacre de Eldorado dos Carajás. No acampamento vivem 150 famílias, e o índice de jovens que abandonam a escola e seus lotes de terra para trabalhar em fazendas da região e de outros municípios é alto. Considerando que na região os casos de trabalho escravo são frequentes, a escola buscou conscientizar os acampados sobre essa violação, construindo junto a crianças, jovens e pais conhecimentos e informações sobre o tema e formas de prevenção, envolvendo também, nas discussões e nas atividades, famílias de outros acampamentos da região.

## Concurso não só pelo prêmio, mas pelo reconhecimento

No Acampamento João Canuto, há uma escola voltada ao Ensino Fundamental e à Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os 158 alunos dessa escola participaram de atividades que abordaram o tema do trabalho escravo. Houve exibição de vídeos e de reportagens, palestras, confecção de desenhos e foi formado um grupo de teatro. As professoras auxiliaram seus alunos durante as atividades e promoveram um concurso de desenhos, cuja premiação aconteceu no dia da culminância, em 27 de outubro de 2012. Os prêmios eram, sobretudo, materiais escolares como mochilas, cadernos, lápis de cor e canetas. Os alunos se empenharam bastante em suas atividades e ficaram muito empolgados e emocionados com o reconhecimento dos seus trabalhos, que foram expostos no dia do evento e puderam ser prestigiados por todos.

O projeto não atingiu somente os estudantes. Moradores do acampamento foram convidados a participarem de palestras, de sessões de vídeos e da culminância. Algumas pessoas concederam entrevistas aos alunos e deram relatos de experiências com o trabalho escravo. No dia da culminância, um morador, que já foi escravizado, contou a todos como foi aliciado para a fazenda em que trabalhou, como vivia e como era sua rotina de trabalho. Todos fizeram perguntas e ficaram indignados com a situação.



## Descobrimo o teatro

Além de elaborarem a peça e confeccionarem o cenário e os figurinos, os alunos também ajudaram na divulgação da apresentação e interpretaram as personagens. Foi a primeira vez que tiveram contato com o teatro: não apenas produzir e interpretar, mas também assistir a uma peça de teatro era novidade no Acampamento. A ideia inicial do projeto era apresentar a peça e realizar palestras e discussões em outros dois acampamentos, o Dina Teixeira e o Frei Henry, localizados também na mesma região. Porém, esses acampamentos passaram por um período de conflito agrário e não puderam receber o projeto. O grupo se apresentou em outro acampamento das proximidades, o Dalcídio Jurandir, mais conhecido como Maria Bonita. As apresentações foram o que mais agradou os alunos no projeto.

“Aqui, tem uma barraquinha que vende comidas, onde trabalha um menino. Um dia, veio um rapaz oferecendo serviço para o menino trabalhar num frigorífico. Era uma oportunidade de sair do Pará para trabalhar no Mato Grosso com um bom salário. O menino me disse: ‘Tia, sabe o que me lembra isso? Isso lembra um gato de trabalho escravo’. Além disso foi marcante a participação das crianças no projeto. Elas se empolgaram muito. Eu pensava que elas entenderiam menos e, no final, elas estavam me ensinando as coisas.”

*Denilza Silva de Lima, coordenadora do projeto*

# Morro de sonhos e esperança

Morro Cabeça no Tempo – PI

## Quem realizou

Diocese de Bom Jesus do Gurgueia

## Contexto

O município de Morro Cabeça no Tempo está localizado a 832 km de Teresina, ao Sul do estado do Piauí. A maior parte da população do município vive da agricultura, especialmente das culturas de arroz, feijão, milho e mandioca. Nos últimos anos, o município recebeu empresas de mineração de calcário e carvoarias as quais ocupam mais da metade do território. As carvoarias se utilizam da mão de obra proveniente de outros estados do país como Ceará, Pernambuco, Bahia, Goiás, Tocantins e Piauí. Em função disso, a equipe diocesana buscou sensibilizar e despertar a comunidade para a problemática do trabalho escravo na região com o objetivo de formar agentes multiplicadores, de fiscalização, monitoramento e denúncia do trabalho escravo no município de Morro Cabeça no Tempo.

## Formando a equipe local e Seminários

O grupo do projeto formou a Comissão Municipal de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo, uma equipe local composta por nove pessoas provenientes de paróquias, povoados, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e, também, um estudante e uma professora. O grupo recebeu três formações da Comissão Pastoral da Terra do Piauí sobre o tema do trabalho escravo, além de orientações de como encaminhar e onde fazer a denúncia, e como dar continuidade ao trabalho que o grupo desenvolveu ao longo do projeto. Feito isso, a equipe foi a campo para conhecer melhor a realidade dos povoados de Desejado, Baixão do Mel e Guaipaba, onde há inúmeras carvoarias instaladas. Foi aplicado um questionário a 45 pessoas com o intuito de traçar o perfil socioeconômico das famílias e de obter informações sobre migração, ocupação e condições dos locais de trabalho.

A equipe diocesana, a partir da análise desses dados, desenvolveu a metodologia para o seminário e decidiu que outros temas decorrentes da exploração do trabalho e do trabalho escravo deveriam também ser abordados. No seminário, foram apresentados dados atuais sobre o trabalho escravo no sul do Piauí, houve exibição de filmes e aprofundamento de conceitos relacionados à problemática, discussões sobre a persistência do problema, as políticas de repressão e formas de atuação e combate.



## Ações de combate

Com a colaboração do juiz do trabalho Carlos Wagner Nery e da Comissão Pastoral da Terra Diocesana, uma equipe da Vara do Trabalho e a Comissão criada pelo projeto realizaram a 1ª Audiência da Justiça Itinerante no povoado de Desejado, que aconteceu no dia 13 de novembro de 2012. Nela, coletaram denúncias e questões trabalhistas contra algumas carvoarias da região, e foram abertos mais de 27 processos trabalhistas. Na 2ª Audiência Itinerante, que contou com a participação de estudantes de Direito da Universidade Federal do Piauí, aconteceram audiências entre trabalhadores e empresas no dia 14 de dezembro. Novas audiências foram marcadas, e houve palestras sobre direitos e cidadania. A equipe estabeleceu ações futuras como a realização de outro seminário, a audiência para coleta e encaminhamento de denúncias, a captação de recursos para projetos de irrigação e discussões sobre o alcoolismo entre os trabalhadores.

“ Tenho um coração ardente de alegria (...) de poder juntar um grupo de pessoas e, junto com ele, despertar, em quatro comunidades, o fato de que morar em uma região esquecida pelas políticas públicas não justifica deixar se submeter a nenhum tipo de trabalho escravo. O desafio agora é chegar a mais comunidades deste município. Os frutos colhidos com o seminário animaram ainda mais a comissão e parceiros a dar as mãos e seguir em frente nesta caminhada contra o trabalho escravo. ”

*Altamiran Lopes Ribeiro, coordenador do projeto*

# Projeto: VIVER Vida integrada vencendo a escravidão reinventada

Oeiras – Pi

## Quem realizou

Diocese de Oeiras

## Contexto

Localizado no Semiárido piauiense, o município de Oeiras sofre constantemente com a estiagem. Devido à falta de alternativas de obtenção de renda e emprego, os trabalhadores, sobretudo os jovens, são levados a buscar emprego nas lavouras de cana de açúcar e na produção de gesso em outros estados. Com isso, a evasão escolar nas Escolas Família Agrícola (EFAs) do município tem sido alta e se percebeu a necessidade de sensibilizar alunos, professores e comunidades vinculados às Escolas Família Agrícola da Diocese de Oeiras e torná-los capazes de identificar o aliciamento, a migração forçada e o trabalho escravo, podendo assim desenvolver formas preventivas de combate a essas práticas.

## Oficinas para professores e alunos

A equipe diocesana realizou uma reunião com os coordenadores das EFAs dos municípios de São João da Varjota, Cajazeiras, Oeiras e Santo Inácio para apresentar e discutir as atividades do projeto. Eles receberam materiais informativos sobre trabalho escravo e migração para levarem para as escolas, tiraram dúvidas sobre as atividades a serem realizadas e definiram o calendário. Depois disso, foram feitas oficinas para sensibilizar e formar os professores para abordarem o tema em sala de aula e orientar seus alunos nos trabalhos. Houve também debates e exibição de filmes sobre os temas da migração forçada e do trabalho escravo.

Com os alunos, foram realizadas duas oficinas em cada escola, nas quais foram exibidos vídeos sobre migração e fiscalizações de trabalho escravo, distribuídos materiais didáticos e fotos sobre o tema e discutidas suas causas e consequências. Os proponentes produziram uma apostila para que os alunos pudessem acompanhar melhor as explicações. Os alunos foram estimulados a expor suas opiniões e contar se conheciam alguém que havia migrado. Todos afirmaram que tinham parentes que já migraram em busca de emprego e melhores remunerações. Os alunos também participaram de uma dinâmica em grupo com o intuito de compreender a questão da distribuição de renda e a importância da coletividade.



## Buscando e repassando informações

A difusão de informações sobre migração forçada e trabalho escravo pelo projeto ocorreu em um momento oportuno, pois a região passa por um período muito extenso de seca, quando muitos alunos deixam seus municípios de origem e abandonam a escola em busca de melhores condições de vida. Depois do projeto, a maioria deles relatou que está buscando mais informações sobre os empregadores e o tipo de trabalho no destino antes de viajar.

Em cada escola, foi realizado, durante o mês de novembro, um dia “D” de prevenção ao trabalho escravo envolvendo pais, estudantes e comunidade. Os alunos realizaram apresentações artísticas de vários tipos como dança, música, teatro, paródias, poemas e exibição de um vídeo produzido por eles.



[O projeto] nos transformou, porque depois de sua realização, sentimos um incômodo, uma necessidade e uma vontade de continuar a provocar a reflexão dos alunos de forma a torná-los empreendedores em suas comunidades.

Maria do Rosário, coordenadora do projeto



# Gerar renda é gerar vida Com o plantio de hortas

Barras – PI

## Quem realizou

Associação Comunitária dos Pequenos Produtores da Comunidade São Luís (Acosal)

## Contexto

As 23 famílias da Comunidade São Luís, localizada no município de Barras, vivem principalmente da agricultura. A seca, as dificuldades de financiamento para pequenos projetos agrícolas e a falta de assistência e de conhecimentos técnicos acabam impelindo os trabalhadores a buscar formas de geração de renda em outros municípios e estados. A Associação buscou, portanto, fomentar iniciativas locais de geração e de complemento de renda, como a criação e o plantio de uma horta comunitária a fim de reduzir a migração forçada de trabalhadores para outros lugares do país. Buscaram também conscientizar as famílias da comunidade sobre trabalho degradante e sobre migração forçada e discutir sobre a importância da agricultura familiar.

## Preparando o terreno

Os coordenadores do projeto se reuniram com as famílias e apresentaram os objetivos e as atividades. Discutiram o emprego do recurso, as ações a serem realizadas e dividiram as tarefas. Com o apoio da Comissão Pastoral da Terra do Piauí, foram feitas palestras, exibições de vídeos e discussões sobre trabalho escravo e migração forçada ao longo do projeto. Houve também uma palestra sobre agricultura familiar ressaltando sua importância e como ela pode prevenir a escravidão contemporânea. Foram também distribuídos alguns materiais para leitura contendo informações sobre o tema complementando as discussões.

Após a compra dos materiais, iniciou-se o preparo da terra para a construção da horta no terreno de dois hectares da Associação. As famílias receberam orientações técnicas da Empresa de Assistência Técnica em Extensão Rural do Piauí (Emater) para o plantio de mudas e sementes, aprenderam uma nova forma de fazer os canteiros e como aproveitar matérias primas para fazer adubo orgânico. O técnico da Emater realizou visitas semanais para auxiliar as famílias no que fosse preciso.



## Colhendo bons frutos

Foi construída uma horta bem diversificada com hortaliças, frutas e verduras. O período de seca na região e a falta de água quase comprometeram o desenvolvimento das mudas e das sementes. Para salvar a produção, as famílias cavaram um poço do qual conseguiram obter um pouco de água. O fato de a horta ser comunitária causou um pouco de suspeita entre as famílias, pois achavam que a ideia de dividir o trabalho e a produção entre os participantes não daria certo. No entanto, à medida que o projeto foi sendo desenvolvido, mais famílias aderiram às atividades. Elas já conseguiram complementar suas rendas, e a previsão é de que o alcance seja ainda maior, pois ainda havia espaço no terreno para o desenvolvimento de mais culturas.

“ (...) Nem todos conseguiram plantar direitinho, mas aqueles que vão todos os dias à horta conseguem vender tudo. As pessoas dizem que no dia em que não vão lá cuidar da horta, não se sentem bem. Muita gente fala: “Essa horta já faz parte da minha vida.” (...) Queremos criar uma feirinha de agricultura familiar, baseado nos canteiros que produzimos no projeto.

Francisco das Chagas Sousa, coordenador do projeto

# A arte na prevenção ao trabalho escravo

Monsenhor Gil – PI

## Quem realizou

Associação do Assentamento Nova Conquista

## Contexto

O Assentamento Nova Conquista surgiu quando um grupo de trabalhadores piauienses que foram vítimas da escravidão resolveu reivindicar os direitos trabalhistas que não foram pagos pelo dono da fazenda onde trabalharam e um pedaço de terra junto ao Instituto Nacional de Terras e Reforma Agrária (Incra). Após conseguirem as indenizações, formaram a Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Prevenção do Trabalho Escravo e conseguiram se estabelecer em uma área de 2,2 mil hectares em Monsenhor Gil, com moradias e produções agrícolas rentáveis. No entanto, devido à falta de políticas públicas que garantam a permanência de jovens na escola e a sobrevivência das famílias, a migração para outros municípios é frequente. Assim, a Associação resolveu sensibilizar e mobilizar trabalhadores e trabalhadoras, estudantes e demais pessoas do município de Monsenhor Gil sobre o trabalho escravo por meio da arte, com o intuito de prevenir e combater essa prática.

## Informar para conscientizar

Nas atividades do projeto, foram envolvidos o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Igreja e duas escolas da região. Na Unidade Escolar Raimundo Pessoa e na Escola Municipal Zé Irias foram feitas sessões de filmes sobre o tema do trabalho escravo para aproximadamente 300 alunos, e também para professores, diretores e funcionários. Antes das sessões, realizou-se uma pequena introdução sobre o tema e foram distribuídos materiais para leitura. Após a exibição do vídeo, houve uma palestra na qual a problemática do trabalho escravo foi discutida e foram apresentados os casos de libertações em fazendas. Os palestrantes também discutiram sobre como funciona a dinâmica do Assentamento, o primeiro e único no Brasil formado por trabalhadores libertados, e como essa conquista permitiu aos moradores um trabalho livre. A partir disso, os professores iniciaram o trabalho com os alunos dentro das salas de aula. Foram produzidos cartazes, poemas, desenhos e peças de teatro. No Sindicato dos Trabalhadores Rurais foi realizada uma palestra sobre trabalho escravo da qual participaram trabalhadores rurais e seus filhos. Na ocasião, também foram distribuídos materiais informativos. Durante as missas na Igreja Católica, foi abordada a importância de se atentar para propostas de empregos, e panfletos foram distribuídos.



## Divulgação e culminância

Na semana da culminância, que aconteceu no dia 20 de outubro de 2012, os coordenadores do projeto participaram de um programa de rádio no qual falaram das atividades realizadas e convidaram o público a participar do evento. Um trabalhador resgatado foi entrevistado e contou sua história de vida. A culminância ocorreu no Assentamento e foi feita uma grande mobilização que contou com a participação do Sindicato, estudantes e professores, e fiéis da Igreja Católica, totalizando 200 pessoas. Os assentados apresentaram uma peça de teatro e músicas com banda ao vivo. Houve exibição de vídeos, e três trabalhadores contaram sobre suas experiências com o trabalho escravo.

“ A gente se sente fazendo algo a mais pelos outros. Imagina quantas pessoas a gente não está tirando desse ciclo do trabalho escravo? A gente sempre deixa claro que as pessoas têm o direito de migrar livremente, mas a questão é saber pra onde vão, com quem vão, como é o trabalho. É muito importante esse trabalho de informar. (...) Foi uma grande conquista para população que conseguiu ter acesso a essas informações. ”

*Francisco José dos Santos Oliveira, coordenador do projeto*

# Vidas em liberdade

Araguaína - TO



## Quem realizou

Associação de Mulheres do Setor Tiúba

## Contexto

Os moradores dos bairros de Tiúba, Céu Azul, Itaipu, Alto Bonito, Vila Nova e Eldourado do município de Araguaína passam por inúmeros problemas sociais, como desemprego ou subemprego, baixa qualificação profissional e, algumas vezes, exercem trabalhos em situações precárias e até mesmo degradantes. Em busca de melhores empregos e salários, muitos trabalhadores saem para outros municípios e servem de mão de obra para a pecuária, cultivo de eucalipto ou construção civil e de barragens. Estão sujeitos também a más condições de saúde e, como medida preventiva e educativa, agentes comunitários de saúde realizam visitas periódicas a essas famílias. Diante desse quadro, fez-se necessária a realização do projeto para reduzir a vulnerabilidade de crianças, adolescentes e jovens ao tráfico de pessoas para o trabalho escravo por meio de atividades de prevenção, formação e divulgação de informações que contribuam para erradicação do trabalho escravo, contando principalmente com a atuação dos agentes de saúde como propagadores das informações.

## Agentes de olhos abertos

Os coordenadores do projeto realizaram atividades com os agentes da igreja, os líderes comunitários e os jovens do Centro Cultural Casa da Capoeira e do Centro de Referência de Assistência Social. O intuito era torná-los multiplicadores de informações sobre o trabalho escravo. Os catequistas foram estimulados a conversar com vizinhos e famílias sobre o tema, a fim de que identificassem possíveis casos de trabalho escravo. Eles conseguiram colher alguns depoimentos de pessoas que já passaram pela situação e compartilharam as informações em encontros semanais. Os agentes de saúde participaram de uma formação dada pelos coordenadores e pela equipe da Comissão Pastoral da Terra do Tocantins. Nela, foram abordados os conceitos de trabalho escravo, como identificá-lo e foram feitas discussões sobre as relações de trabalho. Os agentes assistiram a um documentário sobre casos reais de escravidão contemporânea e participaram de uma dinâmica para identificar casos de trabalho escravo. Os agentes de saúde aplicaram um questionário a 50 famílias dos seis bairros do município para levantar informações sobre migração temporária, relações de trabalho e trabalho infantil.



## Ação na cidade

Com os jovens do Centro Cultural Casa da Capoeira e do Centro de Referência de Assistência Social, foi feita uma oficina na qual produziram materiais informativos e de divulgação do projeto. Esses materiais foram distribuídos pela cidade numa blitz educativa realizada no dia 28 de janeiro de 2013, em comemoração ao Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. Os jovens já haviam participado de uma formação dada pela equipe do **Escravo, nem pensar!** em 2009 sobre trabalho escravo. Logo, já tinham conhecimentos para a produção dos materiais. O projeto realizou sua culminância no setor Céu Azul, no centro comunitário do bairro. Foram apresentadas ao público todas as ações executadas pelo projeto, distribuídas as matérias produzidas pelos jovens na oficina, exposição dos trabalhos produzidos nas formações em forma de jornal mural, exibição de um filme sobre o tema e uma discussão sobre ele.

“ Para nós, como participantes, foi muito gratificante abordar este tema, porque aprendemos mais sobre o trabalhador rural e também pudemos ajudar essas famílias, esclarecendo quais são os seus direitos em relação a esse tipo de trabalho. Esse projeto também ajudou muitas pessoas a melhorarem de vida, pois hoje elas dão mais valor a seu trabalho e não se deixam explorar por fazendeiros.

*Helena Pereira da Luz, agente comunitária de saúde* ”

# Lindô: um resgate cultural

Muricilândia – TO



## Quem realizou

Grupo de Jovens “Jovens em Resgate” da Igreja Nossa Senhora das Graças

## Contexto

O município de Muricilândia recebeu, por volta de 1950, algumas famílias vindas do Nordeste em busca de uma vida melhor. Essas famílias de descendência negra trouxeram consigo as manifestações culturais dos seus ancestrais que sofreram com a escravidão do período colonial, introduzindo o Lindô na comunidade quilombola. Os moradores passavam várias noites cantando, tocando tambores e dançando madrugada adentro. O principal terreiro de dança Lindô, localizado cerca de quatro quilômetros do lugarejo, já não existe mais e virou pasto para o gado, que hoje ocupa o local, e o Lindô foi sendo esquecido com o passar do tempo. Hoje, a maioria das pessoas vive da agricultura e muitas vezes tem que deixar a comunidade em busca de empregos em fazendas da região e de outros estados, correndo o risco de serem escravizados. Dessa forma, o projeto quis promover o resgate da cultura quilombola de dança Lindô entre seus descendentes, chamando a atenção para a necessidade de implementação de políticas públicas voltadas para esse grupo étnico e para a erradicação da escravidão contemporânea entre seus praticantes.

## Jovens em ação

Para colocar em prática as ações, os jovens do grupo se dividiram em seis equipes que executaram tarefas distintas: pesquisas em fotos, documentos e internet; entrevistas com pessoas que praticaram a cultura Lindô, os lindoeiros; filmagem; pesquisa de campo sobre o local onde aconteciam as manifestações; edição do material e realização de reuniões para socialização das informações.

Nas entrevistas, os jovens puderam perceber que a prática da escravidão contemporânea na região do município era frequente, apesar de não ser comum. A pesquisa sobre a dança em documentos escritos foi dificultada, pois poucos documentos foram preservados. Logo, a história oral foi o instrumento de pesquisa mais utilizado para coletar informações ricas e detalhadas. O contato entre as duas gerações permitiu a troca de experiências entre jovens e os praticantes mais antigos.

Estes contaram aos jovens sobre as reuniões que faziam após muitas horas de trabalho na roça, nas quais as rodas de música e dança alegravam o fim do dia exaustivo. Falaram também de experiências próprias ou daquelas de colegas que quiseram sair das fazendas em que trabalhavam, mas que sofreram ameaças, tendo que fugir no meio da noite.



## Palestras e apresentações

Além do trabalho com os jovens, os coordenadores do projeto também se preocuparam em levar informações sobre trabalho escravo para estudantes, professores, funcionários e demais moradores de Muricilândia. As entrevistas foram filmadas e foi feito um documentário que servirá de registro e consulta a respeito da dança Lindô. Foram realizadas palestras em duas escolas do município e na Igreja Católica. O projeto foi finalizado com uma grande festa na praça dessa igreja, onde todos os moradores compareceram. Houve a apresentação da dança Lindô pelos jovens e adultos da comunidade, além de uma palestra sobre trabalho escravo. O momento da apresentação era muito aguardado pelos participantes do projeto que se empenharam em fazer um espetáculo emocionante a todos os presentes.

“ A experiência por mim vivida foi de grande relevância, uma vez que vi jovens motivados realizando algo que transcende ao nosso imaginário e alcança elementos inibidores da liberdade humana. O projeto proporcionou ao grupo a oportunidade de mapear práticas de escravidão contemporânea existentes no Vale do Araguaia, região norte do estado do Tocantins.

*Manoel Filho, professor de História e coordenador do grupo de jovens* ”



Renata Gomes Alves, 7º ano, 13 anos  
Escola Municipal Lucia Helena, Rio Maria - PA

### Sobre o programa Escravo, nem pensar!

O programa *Escravo, nem pensar!*, da ONG Repórter Brasil\*, desenvolve ações de prevenção contra o trabalho escravo e o tráfico de pessoas por meio da educação. O programa é pioneiro em desenvolvimento de metodologias para abordagem desses temas e assuntos correlatos. Desde 2004, realiza formações, das quais já participaram mais de 2,5 mil educadores e lideranças sociais em 49 municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. Nesses locais, são frequentes os casos de aliciamento de trabalhadores para o trabalho escravo e/ou a incidência do uso desse tipo de mão de obra. O programa também elabora publicações; apoia e financia a realização de projetos comunitários, festivais regionais e concursos escolares. Com essas ações, o *Escravo, nem pensar!* já alcançou mais de 100 mil pessoas em 119 municípios de oito estados brasileiros: Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí e Tocantins.

### \*Sobre a Repórter Brasil

A Repórter Brasil foi fundada em 2001 por jornalistas, cientistas sociais e educadores com o objetivo de fomentar a reflexão e ação sobre a violação aos direitos fundamentais dos povos e trabalhadores do campo no Brasil. Devido ao seu trabalho, tornou-se uma das mais importantes fontes de informação sobre trabalho escravo no Brasil. Suas reportagens, investigações jornalísticas, pesquisas e metodologias educacionais têm sido usadas por lideranças do poder público, do setor empresarial e da sociedade civil como instrumentos para combater a escravidão contemporânea, um problema que afeta milhares de brasileiros.



Poemas - Da esquerda para a direita:  
Fernando Vieira dos Santos, Alunos do 3º ano e Verônica dos Santos Almeida  
EMEF Antônio Veríssimo de Amorim, Rio Maria - PA



Este caderno apresenta 15 ações realizadas por professores, lideranças comunitárias e agentes pastorais de combate e prevenção ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo. Os projetos comunitários foram apoiados pelo programa educacional **Escravo, nem pensar!** da ONG Repórter Brasil, em parceria com Catholic Relief Service (CRS), Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e TAM Linhas Aéreas. Os 15 projetos comunitários foram realizados em 12 municípios de sete estados do país, em 2012. Esta publicação busca divulgar ações de indivíduos e entidades que defendem os direitos fundamentais do ser humano e inspirar novas experiências.

Realização:



Apoio:

